



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

São Paulo, março de 2011.

Exmo. Senhor
Vereador André Rogério Barbosa
Presidente da Câmara Municipal de Botucatu
Botucatu - SP

Protocolo nº 14.084/11

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento do Ofício nº 38/11, de 8 de fevereiro de 2011, por meio do qual V.Exa. encaminha cópia do Requerimento nº 11/11, de autoria do Vereador Reinaldinho, solicitando aumento do valor do "Vale Refeição", dos funcionários públicos estaduais.

Consultamos a Secretaria de Gestão Pública, que se manifestou a respeito do assunto, conforme transcrevemos abaixo:

"A Unidade Central de Recursos Humanos informa que, para o implemento de qualquer vantagem pecuniária, a Administração Pública deve obedecer aos limites impostos pela Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como contar com previsão orçamentária, conforme dispõe o artigo 169, § 1º, incisos I e II da Constituição Federal:

Artigo 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

À vista disso, informamos que o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991 é fixado e revisto



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

por decreto, estando vinculado às disponibilidades do erário e à existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender os acréscimos decorrentes.”

Colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para enviar a V.Exa. os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Rubens E. Cury, com uma linha decorativa que se estende para baixo.

Rubens E. Cury
Subsecretário da Casa Civil